Introdução

Convida-se o leitor a que agarre num livro, qualquer que seja. Por que não este? O modo natural como o aprendeu a pensar tê-lo-á possivelmente conduzido a assumi-lo como uma convenção tecnológica de apresentação de conteúdo, símbolo, por si só, de que o que as suas páginas encerram é válido e correcto – porque foi editado e porque é um livro de não-ficção. O seu valor intrínseco, consequente de um encadeamento de partes e procedimentos (da criação do texto à sua fruição, passando pelos patamares intermédios da sua transformação em livro e da sua difusão), é, muito provavelmente, inquestionado. Isto é, parece valer por si, construindo a – e construindo-se na – representação de que aquilo que contém constitui o produto de um processo ordenado, replicado para os outros livros que conhece. E parece natural que assim seja. Ainda que podendo denunciar algum desgaste eventual pelo tempo ou uso, o objecto que tem nas mãos apresenta uma arrumação, um equilíbrio totalizador que o caracteriza, o distingue materialmente e outorga verdade ou verosimilhança às ideias que encerra.[1] Sem *topos* nem *cronos*, este «aprumo do livro»[2] dissimula a natureza dinâmica dos processos que o tornam reconhecível e dos actores que lhe dão corpo e lhe adscrevem sentido. O exercício

[1] Sobre a dimensão material do livro enquanto factor da sua distinção face ao texto e da sua intervenção no domínio leitural, v. Donald McKenzie, *Bibliography and the Sociology of Texts* (Londres: The British Library, 1986).

[2] Tradução possível da expressão original, «tidiness of the book», de Irving Louis Horowitz. Cf. o seu testemunho na compilação de Charles Barber intitulada «Symposium: twelve visions», in *Publishing Books*, eds. Everette Dennis, Craig LaMay e Edward Pease (New Brunswick e Londres: Transaction Publishers, 1997), 19-20.

proposto na primeira linha desta introdução, não sendo original,[3] fornece um pretexto de reflexão sobre essa condição do livro como construção.

Irredutível a uma definição estrita, o peso simbólico que ainda hoje carrega faz do livro um instrumento de ordenação representacional do mundo.[4] A instituição da tipografia como uma das formas sociais de comunicação mais significativas nos séculos posteriores ao advento dos caracteres móveis no Ocidente foi um dos pilares do desenvolvimento do objecto impresso como bem cultural e mercantil e do surgimento da produção textual como actividade prosseguida ocupacionalmente por um conjunto diversificado de agentes. Surpreender o livro no seu contexto social de publicação, na circulação de saberes que nele se inscrevem ou na plêiade de sentidos instaurada pela sua materialidade tem constituído desígnio de muitos que se aventuram no plural universo tipográfico, tornado frequentemente opaco pelo manto silencioso dos seus produtores, ilustrando a permanência da edição como arte negra.

É a dimensão editorial a que interessa ao esforço de entendimento que aqui se empreenderá. O tema deste livro é, então, o mundo da edição e dos editores de livros, e o seu objecto específico concerne à configuração que este mundo adquiriu em Portugal durante parte substancial do período do Estado Novo. A edição e os editores representam uma das esferas mais relevantes para a exploração das configurações da cultura impressa ou tipográfica.[5] É, com efeito, na dimensão editorial que ocorre o encontro entre o mundo retórico do texto, na sua enunciação autoral, e o mundo fenomenológico do leitor, recuperando os termos utilizados por Paul Ricoeur.[6] Instância de mediação entre um produto cultural-

---

[3] Cf. a solicitação feita ao leitor por Adrian Johns, *The Nature of the Book: Print and Knowledge in the Making* (Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1998), 1-2.

[4] V. Nuno Medeiros, «Problematizar o objecto consagrado: definindo o livro como ideia e materialidade através da edição», *Revista Portuguesa de História do Livro e da Edição,* n.º 25 (2010): 549-566.

[5] Para uma discussão aprofundada do conceito de cultura impressa ou tipográfica (*print culture,* na designação anglo-saxónica), cf. as abordagens de Johns, *The Nature…*, Anthony Grafton, *Defenders of the Text: The Traditions Scholarship in an Age of Science* (Cambridge e Londres: Harvard University Press, 1991), e Elizabeth Eisenstein, *The Printing Press as an Agent of Change: Communications and Cultural Transformations in Early-Modern Europe,* 2 vols. (Cambridge: Cambridge University Press, 1979).

[6] Cf. Paul Ricoeur, *Temps et récit,* t. 3, *Le temps raconté* (Paris: Seuil, 2001), 284-328; v. ainda Roger Chartier, «Postface», in *Histoire de l'édition française,*

mente peculiar e um consumo recriador ou antes entre um autor e o seu leitor, o editor é construtor activo da cultura impressa como instaurador privilegiado de uma ordem particular de livros – e, portanto, poder-se-ia acrescentar, de uma determinada visão do mundo.[7]

Personagem fascinante, não deixa de intrigar a complexidade da lógica inerente à acção do editor e ao jogo entabulado pela comunidade que forma e pelo campo em que se posiciona. Perscrutar os editores e a edição erige-se em trajecto caracterizado por inflexões, escolhos e contradições, constantemente revelando eixos tensionais. Com efeito, a esfera do livro publicado sustenta-se vectorialmente em paradoxos. A contrafacção, por exemplo, pode ser perspectivada numa óptica de grave prejuízo de autores de obras originais, dos seus editores e até dos poderes públicos, bem como de retardamento da emergência de uma literatura nacional publicada, pela importação de modelos estrangeiros que implica, ocupando as tipografias e o investimento produtivo com os livros contrafeitos ou emulados. Mas a pirataria editorial, como também é designada, pode igualmente surtir efeitos positivos no fomento de indústrias locais, dedicadas à contrafacção tipográfica, na sua evolução técnica e económica e no desenvolvimento das redes e canais de distribuição, permitindo até a circulação de obras em mercados menos acessíveis. Neste sentido, a contrafacção logrou uma eficácia de penetração em contextos leiturais específicos em momentos nos quais os preços da matéria-prima, as taxas de importação ou a difusão rudimentar não a suportariam pelas vias oficiais e legais.[8]

---

vol. 4, *Le livre concurrencée: 1900-1950,* dirs. Roger Chartier e Henri-Jean Martin (Paris: Promodis e Fayard, 1991).

[7] V. Roger Chartier, *A Ordem dos Livros* (Lisboa: Vega, 1997) e *Culture écrite et société* (Paris: Albin Michel, 1996); e, para uma exploração mais dirigida do papel social dos editores, Janice Radway, *A Feeling for Books: The Book-of-the-Month Club, Literary Taste, and Middle-Class Desire* (Chapel Hill e Londres: University of North Carolina Press, 1997); Nuno Medeiros, «Editores e livreiros: que papéis de mediação para o livro?», in *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX,* ed. Diogo Ramada Curto (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006), e «Acções prescritivas e estratégicas: a edição como espaço social», *Revista Crítica de Ciências Sociais,* n.º 85 (2009): 131-146.

[8] V., por exemplo, Pascal Durand, «Éthos reproducteur et *habitus* techniciste. Naissance du 'modèle' éditorial belge francophone», in *Les mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVIIIe siècle à l'an 2000,* dirs. Jacques Michon e Jean-Yves Mollier (Saint-Nicolas e Paris: Presses de l'Université Laval e L'Harmattan, 2001).

É a compreensão deste objecto poliédrico e flutuante aquilo que aqui se propõe. Proceder-se-á no texto que se segue a uma exploração do espaço editorial do livro português em três décadas de crucial importância para o entendimento dos processos sofridos pelo sector no século XX: os anos 40, 50 e 60, período em que se dá a transição para uma circunstância editorial com traços mais vincados de uma contemporaneidade própria de um universo do livro, mais diverso e segmentado, mesmo se circunscrito nas suas possibilidades. Prosseguindo neste propósito, procurar-se-á dar conta de algumas das características que atravessaram a edição, domínio rugoso cujos mecanismos escusos de funcionamento não tendem a oferecer-se com facilidade ao olho do observador. Neste sentido, e procedendo a um permanente exercício de historicização do objecto que aqui se analisa, este livro pretende contribuir para um entendimento do mundo editorial do livro em contexto político autoritário.

O tema da edição, particularmente da edição em Portugal, e mais especialmente ainda do mercado editorial durante o período do Estado Novo, convoca uma série de imagens frequentemente associadas à permanente dificuldade de sobrevivência numa sociedade iletrada e deserdada na propensão para as práticas regulares de leitura, ao impacto totalizante e obliterador do aparelho autocrático do Estado na perseguição à liberdade do livro ou ao estoicismo de editores aventureiros na constituição de colecções e editoras de referência. O mosaico formado por estas e outras imagens forma-se num novelo representacional em que convivem, por vezes indistintamente, verdade e mistificação, no sentido valorizador ou desvalorizador de certos aspectos. Solo fecundo ao nascimento de impressões e mitos, assistemáticos mas sedutores, o sector editorial forma um mundo social simultaneamente fascinante e nebuloso, dada a quase inexistência de dados ou estudos acerca da edição contemporânea, cenário que se afigura agudizar-se na edição portuguesa no arco coberto pelo século XX. Segundo Ann Orlov, estes dois elementos estabelecem entre si uma relação de causa e efeito, não de mera co-ocorrência.[9] O reconhecimento desta realidade torna imperiosa a necessidade e pertinência de uma sociologia da edição – «parte sociologia do conhecimento, parte sociologia das

[9] Ann Orlov, «Demythologizing scholarly publishing», *The Annals of the American Academy of Political and Social Science,* 421, Setembro (1975).

profissões e instituições»[10] – como motor analítico de desmitificação das ideias fabricadas acerca da vida editorial.

A edição portuguesa não deixará, de várias maneiras, de funcionar como caixa de ressonância de outros tempos, envolvida por três condições estruturais que a continuam a organizar. Em primeiro lugar, o sector produz e vende bens num mercado específico, pautado pela inconstância, incerteza e volubilidade. As preferências e os gostos do público, as revoadas de *best-sellers*, a pluralidade crescente de opções de ócio, entre outros, são vectores pouco ou nada controláveis e em permanente mutação. Depois, as operações de produção de livros caracterizam-se por cotejarem métodos próprios do fabrico industrial com procedimentos típicos de uma realização artesanal. Só em época bastante recente é que ocorrem processos de burocratização e racionalização editorial com alguma amplitude em Portugal. Em estreita articulação com a condição anterior, finalmente, o sector permanece titubeante numa vacilação tensional entre as exigências e constrangimentos da venalidade e as responsabilidades e *ethos* identitário radicados na defesa e promoção da cultura e do pensamento. A exploração do universo da edição de livros deve, por isso, ser governada no seu percurso pelo reconhecimento simultâneo de uma ausência de linearidade evolutiva e de uma recorrência de similitudes e permanências processuais. A edição é um universo socialmente situado, historicamente contingente e aberto nas dinâmicas polimórficas que o constroem, nele convergindo três dos grandes sistemas de que se compõem as estruturas sociais: o sistema cultural de ideias, o sistema social de acções e o sistema material de artefactos,[11] a que se poderia acrescentar um quarto, o sistema formal de instituições.

A incursão no objecto supõe, por isso, uma abordagem que tenha a preocupação de evitar a eliminação dos seus matizes ou a redução da sua pluralidade a um compósito isomórfico, quando não ideologicamente declarado,[12] operando uma fuga da tentação

---

[10] Id., *ibid*., 44.

[11] V. Karl Erik Rosengren, «Culture, media and society: agency and structure, continuity and change», in *Media Effects and Beyond: Culture, Socialization and Lifestyles,* ed. Karl E. Rosengren (Londres: Routledge, 1994).

[12] Como ilustração de abordagem acrítica e indutora de uma visão asséptica e monocromática do campo editorial, mascarando uma panorâmica normativa (sugerindo uma inscrição ideológica) com um pressuposto de tipo descritivo, v. o trabalho de Fernando Guedes, *Os Livreiros em Portugal e as Suas Associações desde o Século XV até aos Nossos Dias: Subsídios para a Sua História* (Lisboa: Verbo, 2005).

modelar. Não se trata aqui de recusar a ideia de modelo nas virtudes analíticas e no contributo explicativo que se lhe reconhece, mas tão-só de a desafiar, recorrendo no estudo concreto da edição e dos editores ao confronto com as capacidades criativas dos agentes, considerados individualmente e em grupo, e com as situações históricas em que se configura a sua acção. O intento não se funda, portanto, na constituição de uma síntese de tipo globalizante, antes se comprometendo com uma exploração do campo editorial cuja ambição é a desocultação da instabilidade que subjaz aos mecanismos sociais compreendidos historicamente, de modo a tornar detectável a imbricação de processos de ruptura e continuidade temporal.[13]

O estudo que aqui se apresenta compõe-se de duas partes, cada uma decomposta em três capítulos. Na primeira parte empreende-se uma análise dos aspectos estruturantes da dinâmica editorial, perseguindo-se as variáveis que configuram essa dinâmica e que promovem o itinerário contextual em que assenta o processo que dá forma ao sistema editorial que se foi constituindo em Portugal durante os mais de trinta anos observados. A dinâmica da edição é percebida num contexto de fraca alfabetização, de hipertrofia na produção e distribuição do livro, de frágil e intermitente rede de cobertura livreira, dimensões sociais a que se acrescenta o factor político de vigilância e supressão da diferença mediante um dispositivo censório e repressivo sobre a esfera de circulação das ideias, dado que marcou mais a relação do regime com o livro do que as propostas oficiais de estabelecimento de uma política do livro sustentada numa abordagem para além da compressiva. A componente institucional actua como dispositivo explicativo que remata o quadro, através da penetração nas lógicas e nas práticas associativas dos editores efectuada a partir do enfoque particular do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros.

Na segunda parte procede-se ao cotejamento das componentes de jaez mais estrutural – como as instituições ou os mercados – com o observatório social das pessoas e das editoriais (estudados como casos),[14] demandando itinerários particulares e desenhando

[13] Para um desenvolvimento da ideia de compreensão dos processos como desafio aos modelos, não como sua refutação, v. Diogo Ramada Curto, *Cultura Escrita: Séculos XV a XVIII* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007).

[14] O objectivo, seguindo a postulação de Jean-Claude Passeron e Jacques Revel, de proceder descritiva e interpretativamente através do recurso à «explo-

uma narrativa que ligue os contextos aos processos. É do circuito dos acontecimentos e dos actores na edição que se dá conta nas múltiplas interacções que entre eles se estabelecem e na sua tradução no quotidiano das práticas – muitas delas ritualizadas – que revelam frequentemente distanciamentos e aproximações inesperadas. É nesta pequena escala que se pode encontrar grande parte das razões fundas da persistência do paroquialismo e do artesanato como registos que litigam com a abertura ao exterior, circunscrevendo uma relação singular com o mercado do livro e, em termos mais genéricos, do bem impresso. Neste caldo se forja, transmite e reproduz a matriz vocacional, quase missionária, que caracteriza fortemente a identidade de um conjunto alargado dos editores. Este atributo, não sendo novo no sentido de si de muitos editores e nos modos como estes tendem a apresentar-se, ganha renovados contornos a partir da leitura que o mundo editorial faz da moldura política e social coeva e que enquadrou a edição em Portugal durante o período do Estado Novo, sobretudo a partir do surto dos anos 40.

Caracterizado, como se demonstra ao longo do estudo, pela simultaneidade de traços contínuos e descontínuos, o mundo português do livro olhado pelo prisma editorial durante o terço de século observado (fins dos anos 30 a começos dos 70) sofre uma transformação mitigada. Se, por um lado, se verifica a progressiva adopção de alguns traços de contemporaneidade na edição, por outro, persistem atributos que a ancoram a um mercado acanhado, estruturalmente frágil e habitado por personagens cujo sentimento de identidade tende a mitificar o editor como personalidade abnegada, heróica e amante do mundo das letras e das ideias. Ser editor em Portugal durante o período autoritário foi, a julgar pelas práticas discursivas de muitos dos seus agentes, em grande medida, aderir à noção de apostolado, sobrelevando a cultura ao negócio, assumindo mais a posição intelectual do que a função gestora. Discrepante apenas à superfície, a articulação entre as lógicas de manutenção de um *ethos* editorial suportado num

---

ração e aprofundamento de uma singularidade acessível à observação» não visa estatuir sobre um caso único, tomando a sua análise como um fim em si, mas antes «extrair uma argumentação de alcance mais geral, na qual as conclusões sejam reutilizáveis» [«Penser par cas. Raisonner à partir de singularités», in *Penser par cas*, dirs. Jean-Claude Passeron e Jacques Revel (Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2005), 9].

espírito de devoção cultural – espírito que conhece, aliás, alguma diluição à medida que os anos finais da ditadura se aproximam – e as de assunção de uma certa vanguarda dos métodos, géneros e materiais de produção, disseminação e comercialização do livro, ganha coerência quando observada em várias durações e escalas. Nesse sentido, a análise que aqui se empreende não deixa de explorar a variabilidade permitida essencialmente por estas últimas, utilizadas como focos descritivos e interpretativos, percorrendo o espectro e seleccionando justamente o foco mediante a sua adequação aos propósitos explicativos: das interacções e sociabilidades quotidianas e centradas na acção de personagens individuais até à alusão à macroescala fundada nas permanências e descontinuidades de carácter mais estrutural nas suas inter-relações e nas suas incidências sociais no universo cultural, particularmente no que concerne à edição de livros.